

O presente aviso vai ser igualmente afixado na Junta de Freguesia de Cascais, nos Paços do Concelho e no local objecto do loteamento.

23 de Maio de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Carlos Carreiras*.

2611020032

Aviso n.º 10 913/2007

**Discussão pública — Processo U-887/2006-SPO
Operação de loteamento**

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e no uso da competência que me foi subdelegada através do despacho n.º 92/2005, de 19 de Dezembro, divulga-se que se encontra no período de discussão pública o pedido de licenciamento de operação de loteamento para emparcelamento dos prédios descritos na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob as fichas n.ºs 10099/221101 e 10100/221101, com a área total de 736,50 m², sitos em Murches e Aldeia de Juzo, freguesia de Alcabideche, requerido em nome de Cristina Augusta Miranda Massano Reiche, resultando na constituição de um só lote para habitação unifamiliar, com dois pisos e área de construção de 331,42 m².

Durante o período de discussão pública, que decorrerá pelo prazo de 15 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 3.ª série, o processo de loteamento n.º 887/2006-SPO estará disponível, para consulta, na Divisão Administrativa do Urbanismo, Secção de Apoio aos Loteamentos e Estudos Urbanos, das 9 às 13 e das 14 às 16 horas.

Os interessados podem apresentar, por escrito, no decurso daquele período, reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento, os quais deverão ser entregues no Sector de Atendimento do Urbanismo.

O presente aviso vai ser igualmente afixado na Junta de Freguesia de Alcabideche, nos Paços do Concelho e no local objecto do loteamento.

23 de Maio de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Carlos Carreiras*.

2611020033

Aviso n.º 10 914/2007

Processo SPO-229/2007 — Alteração ao alvará de loteamento n.º 1321

Nos termos do n.º 2 do artigo 27.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e no uso da competência que me foi subdelegada pelo despacho n.º 92/2005, divulga-se que se encontra no período de discussão pública o pedido de alteração da licença da operação de loteamento a que se refere o alvará n.º 1321, sito em Abuxarda, freguesia de Alcabideche, requerido pelo proprietário dos lotes 4 e 6, SOGEMIL — Gestão Imobiliária, S. A., os quais se encontram descritos na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob as fichas n.ºs 11696/200505 e 11698/200505, respectivamente.

A alteração consiste na redução de um fogo no lote 4 e no aumento de dois fogos no lote 6, alterando o número total de fogos no alvará de sete para oito, com aumento da dotação de estacionamento de 49 para 59 lugares, mantendo os restantes parâmetros inalterados.

Em termo do Plano Director Municipal, o local encontra-se predominantemente em categoria de espaço urbano de baixa densidade, classe de espaço de protecção e enquadramento e categoria de espaço agrícola nível 1, sendo cumpridas as respectivas condicionantes.

Durante o período de discussão pública, que decorrerá pelo prazo de 15 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, o processo U-229/2007 estará disponível, para consulta, na Divisão Administrativa do Urbanismo, Sector de Loteamentos, das 9 às 13 e das 14 às 16 horas.

Os interessados podem apresentar, por escrito, no decurso daquele período, reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento, os quais deverão ser entregues no Sector de Atendimento do Urbanismo.

O presente aviso vai ser igualmente afixado na Junta de Freguesia de Alcabideche, nos Paços do Concelho e nos prédios do loteamento objecto da alteração.

25 de Maio de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, com delegação de competência, *Carlos Carreiras*.

2611020034

Aviso n.º 10 915/2007

Alteração ao alvará de loteamento n.º 1048 — Processo n.º 425/2006

Nos termos do n.º 2 do artigo 27.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e no uso da competência que me foi subdelegada pelo despacho n.º 92/2005, divulga-se que se encontra no período de discussão pública o pedido de alteração da licença da operação de loteamento a que se refere o alvará n.º 1048, sito em Bicesse, freguesia de Alcabideche, requerido pelo proprietário do lote 10, António Aguiar Carvalhais, lote este descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob a ficha n.º 07757/210598.

A alteração consiste na subdivisão do lote 10, actualmente com 1470 m², em dois lotes, designados por 10 e 41, com as áreas de 729 m² e 630 m², respectivamente, com as áreas de construção de 200 m² e 250 m², e de implantação de 195 m², em dois pisos + cave cada lote, com um fogo o lote 10 e dois fogos o lote 41, destinados a habitação. A área de cedência para arruamentos, passeios e estacionamento aumenta em 111 m², mantendo os restantes parâmetros do alvará inicial inalterados.

De acordo com o Plano Director Municipal, o local encontra-se predominantemente nas categorias de espaço urbano e urbanizável de baixa densidade, sendo cumpridas as respectivas condicionantes.

Durante o período de discussão pública que decorrerá pelo prazo de 15 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, o processo n.º U-425/2006 estará disponível, para consulta, na Divisão Administrativa do Urbanismo (Sector de Loteamentos) das 9 às 13 e das 14 às 16 horas.

Os interessados podem apresentar por escrito, no decurso daquele período, reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento, os quais deverão ser entregues no Sector de Atendimento do Urbanismo.

O presente aviso vai ser igualmente afixado na Junta de Freguesia de Alcabideche, nos Paços do Concelho e nos prédios do loteamento objecto da alteração.

26 de Maio de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, com delegação de competência, *Carlos Carreiras*.

2611020643

CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DE BASTO

Aviso n.º 10 916/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 30 de Maio do corrente ano, foi reclassificado o funcionário Domingos Fernandes Magalhães, posicionado no índice 189, 4.º escalão, da categoria de motorista de pesados, na categoria de encarregado de parque de máquinas e viaturas, índice 244, 1.º escalão, ao abrigo do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, com efeitos a partir da data da publicação do respectivo aviso no *Diário da República*.

31 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Albertino Teixeira da Mota e Silva*.

2611019500

CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Aviso (extracto) n.º 10 917/2007

Nos termos e para efeitos do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e no uso das faculdades previstas no n.º 3 do artigo 74.º do mesmo diploma, nomeio em comissão de serviço, para exercer as funções de secretário do meu gabinete de apoio pessoal, Adriano José de Bastos da Silva.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

7 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Correia da Luz*.

2611020630

CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE

Aviso n.º 10 918/2007

Para os devidos efeitos, faz-se público que, através do meu despacho n.º 27/2007, de 31 de Maio, proferido no âmbito da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei

n.º 169/99, de 18 de Setembro, e pelo n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, foi nomeado, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de chefe de divisão de Conservação e Ambiente o candidato Horácio Pereira de Castro, por aceitação da proposta do júri do respectivo procedimento concursal, que considerou que o candidato possui as competências adequadas às exigências do cargo a prover, os requisitos legais e especiais referidos no aviso de abertura do procedimento concursal.

Nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a nomeação produz efeitos a contar do dia 4 de Junho de 2007. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

1 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Ribeiro*.

ANEXO

Nota curricular

Identificação:

Nome — Horácio Pereira Castro;
Data de nascimento — 25 de Outubro de 1970.

Habilitações académicas e profissionais:

Licenciado em Engenharia Civil pela Universidade do Minho (ano de 1999);

Pós-graduado em Engenharia Civil, área de Processos e Gestão da Construção, na Universidade do Minho (ano de 2003);

Membro efectivo da Ordem dos Engenheiros com o n.º 39891 e inscrito na Direcção-Geral de Energia como projectista de redes de gás, licença n.º 05318.

Categoria actual — técnico superior de 1.ª classe (carreira de engenheiro).

Experiência profissional:

De Outubro de 1999 a Junho de 2000 — estágio profissional no âmbito de protocolo com o IIEFP, realizado no município de Fafe, na Divisão de Manutenção e Ambiente;

De 3 de Julho de 2000 a 31 de Dezembro de 2001 — engenheiro civil na situação de contrato a termo certo no município de Fafe, desempenhando funções na Divisão de Manutenção e Ambiente, no âmbito de gestão e acompanhamento de serviços de manutenção em edifícios escolares e outros edifícios municipais, projectos de especialidades para ampliação ou remodelação de edifícios escolares, restaurantes, construção e ou beneficiação de edifícios escolares, etc.;

De 2 de Janeiro de 2002 a 9 de Abril de 2003 — estágio para ingresso na carreira de engenheiro, mantendo-se o desempenho de funções que lhe estavam cometidas aquando da situação de contratado, acrescidas das áreas específicas contempladas no plano estágio;

A partir de 10 de Abril de 2003 (até à data), técnico superior do quadro do município de Fafe, adstrito à Divisão de Conservação e Ambiente (anteriormente designada por Divisão de Manutenção e Ambiente), exercendo as respectivas funções na gestão e acompanhamento de obras e ampliação, remodelação, restauro ou beneficiação de edifícios escolares e outros edifícios municipais, elaboração de projectos de especialidade em diferentes intervenções municipais; elaboração de cadernos de encargos e processos de concurso em empreitadas de obras públicas relacionadas com a área de intervenção; acompanhamento e fiscalização de empreitadas desencadeadas na respectiva área de intervenção. Superintendência do parque de viaturas do município, desde 2003. No período de Setembro de 2003 a Novembro de 2004 foi técnico responsável pela exploração da Barragem de Queimadela. Integra a comissão de análise de propostas de empreitadas.

2611020726

Aviso n.º 10 919/2007

Para os devidos efeitos, faz-se público que, através do meu despacho n.º 26/2007, de 31 de Maio, proferido no âmbito da competência que me é conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e pelo n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, foi nomeado em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de chefe de divisão de Obras Municipais, o candidato Jorge Manuel Silva Teixeira, por aceitação da proposta do júri do

respectivo procedimento concursal, que considerou que o candidato possui as competências adequadas às exigências do cargo a prover e os requisitos legais e especiais referidos no aviso de abertura do procedimento concursal.

Nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a nomeação produz efeitos a contar do dia 4 de Junho de 2007. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

1 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Ribeiro*.

Nota curricular

Identificação — Jorge Manuel Silva Teixeira.

Data de nascimento — 19 de Abril de 1971.

Habilitações académicas e profissionais — licenciado em Engenharia Civil pela Universidade do Minho (ano de 1997), membro efectivo da Ordem dos Engenheiros com o n.º 37267, pós-graduado em Engenharia Civil, área de Processos e Gestão da Construção, na Universidade do Minho (ano de 2003).

Categoria actual — técnico superior de 1.ª classe (carreira de engenheiro).

Experiência profissional:

De 1 de Março de 1997 a 30 de Novembro de 1998 — execução de projectos e direcção técnica de obra na área de construção civil, num gabinete de projectos associado a uma empresa de construção civil;

De 17 de Novembro de 1998 a 16 de Outubro de 2000 — engenheiro civil na situação de contrato a termo certo no município de Fafe, desempenhando funções no Departamento Técnico Municipal, no âmbito de projectos de especialidades, cálculo e dimensionamento de infra-estruturas, acompanhamento e fiscalização de obras, etc.;

De 17 de Outubro de 2000 a 10 de Janeiro de 2002 — estágio para ingresso na carreira de engenheiro, mantendo-se o desempenho de funções que lhe estavam cometidas aquando da situação de contratado, acrescidas das áreas específicas contempladas no plano estágio;

A partir de 11 de Janeiro de 2002 — técnico superior do quadro do município de Fafe, adstrito ao Departamento de Projectos e Obras Municipais (anteriormente designado por Departamento Técnico Municipal), exercendo as respectivas funções na área de fiscalização e empreitadas, assumindo a coordenação do serviço em Setembro de 2003. Desenvolve toda a coordenação dos projectos de especialidades de engenharia, medições/orçamentos das obras públicas, elaboração dos procedimentos dos concursos públicos, candidaturas de projectos (ON — Operação Norte; Agris; INAG), fiscalização de obras. Integra as comissões de abertura e de análise de propostas em concursos de empreitadas.

2611020717

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Aviso n.º 10 920/2007

Discussão pública — Alteração ao alvará de loteamento n.º 2/2000

Torna-se público, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, que se encontra em discussão pública o pedido de alteração à licença de loteamento titulada pelo alvará n.º 2/2000, a requerimento de Madalena Martins Raposo e Maria Dulce Almeida Centeno, na qualidade de proprietárias dos lotes 10 e 28 do referido alvará de loteamento, sitos na freguesia e concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, pelo período de 15 dias, que se inicia no 8.º dias após a publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

Finalidade do pedido:

Lote 10:

Alteração de tipologia de habitação unifamiliar para habitação bifamiliar;

Alteração de ocupação e construção do anexo para (20 m² + 20 m²);

Lote 28:

Alteração de tipologia de comércio para equipamento hoteleiro; Alteração da área de implementação de 240 m² para 300 m²; Alteração da área de construção de 720 m² para 900 m².

O processo administrativo respectivo pode ser consultado todos os dias úteis, dentro das horas normais de expediente, no Departamento Técnico, de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente desta autarquia.